

Caminhões: falta de vagas gera contrato e controvérsia no Porto**COMODATO.** Contrato com multa diária de R\$ 15 mil pode ser firmado com a empresa Tebas Imobiliária e Participações

Caminhões: falta de vagas gera contrato e controvérsia

» A falta de estacionamento para caminhões no Porto de Santos, que periodicamente causa manifestações públicas de caminhoneiros, está causando controvérsia dentro e fora da Autoridade Portuária de Santos (APS). Tudo por conta da proposta de um contrato a ser firmado com a empresa Tebas Imobiliária e Participações S.A (que administrava o antigo Grupo Libra).

A empresa cederia de forma não onerosa (gratuita), somente por seis meses (180 dias) e prorrogável, dois terrenos na Avenida Mário Covas Júnior, números 410 e 1.360, no Macuco, em Santos, para que sejam utilizados para estacionamento de caminhões que operam junto ao Porto Organizado.

O primeiro teria cerca de 21 mil metros quadrados e o segundo pouco mais de 10 mil metros quadrados. A proposta, além de ser para curto período – resolveria o problema crônico provisoriamente – estipula uma multa diária à APS na ordem de R\$ 15 mil por dia caso não desocupe os terrenos após o prazo definido.

ALERTA INTERNO.

O alerta interno já foi dado. Segundo a Superintendência Jurídica (SUJUD) e da Gerência Jurídica da APS, há riscos jurídicos porque, de fato, a área para estacionamentos seja anexo da comunidade portuária, a oferta do espaço recebido em comodato por tão curto período aos caminhoneiros pode gerar entre eles a falsa sensação de que a demanda estaria resolvida, quando, na verdade, a solução é provisória ao passo que os imóveis não integram o acervo patrimonial do Porto de Santos.

Os técnicos alertam ainda a Diretoria que “considerando a necessidade de devolução da área ao término do prazo contratado, haverá a necessidade de realocação das vagas de estacionamento e, se naquele momento não houver outro espaço para tanto, é possível que haja insurgência dos caminhoneiros, a exemplo de experiências anteriores, que colocaram em risco

a própria operação portuária com ameaças de paralização e interdição das vias portuárias”.

Também informam que “atrelado à eventual resistência dos caminhoneiros, na hipótese de necessidade de desocupação dos terrenos para devolução, há o risco financeiro, considerando que o contrato prevê o valor de locação, para este caso, de R\$ 15 mil por dia, o que totalizaria R\$ 450 mil por mês”.

ALERTA EXTERNO.

A proposta já chegou ao Senado da República. Em ofício ao diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, o senador Alexandre Luiz Giordano (MDB-SP) alerta que o comodato teria implicações técnicas e financeiras apreensivas.

“Observa-se também, de maneira clara, que há no referido contrato e em seus termos, erros nas definições das áreas abrangidas, que assumem características de um ‘aluguel’ indireto, contrariando princípios de responsabilidade na gestão portuária. E essa situação demanda uma análise minuciosa, considerando a existência de terrenos próprios da APS que poderiam atender a essa demanda de estacionamento de caminhões de maneira mais eficaz”, aponta o senador.

O parlamentar ressalta que o Porto de Santos desempenha um papel estratégico na economia paulista e nacional, sendo fundamental para o cenário econômico do Brasil, como o maior em movimentação por tonelagem de cargas e líder em movimentação de contêineres, não podendo estar exposto, e nem expor o Governo Federal, em circunstâncias que não se justificam e permeadas de inconsistências.

“A falta de consideração pelos riscos a longo prazo na operação portuária demonstram a precariedade do processo decisório em questão, que demanda uma avaliação ampla desse contrato”, afirma, pedindo todas as informações sobre a questão.

Giordano alerta sobre a necessidade submeter o contrato ao Tribunal de Contas da



Foto: Ilustração

Um dos terrenos que será cedido para estacionamento é o localizado na Avenida Mario Covas

União, ao Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União, para garantir a integridade e a eficiência na administração portuária, em consonância com os interesses nacionais e a confiança da população.

APS.

A Autoridade Portuária afirma que a iniciativa atenderia emergencialmente a solução do problema histórico de falta de vagas para caminhões. Além disso, o uso autorizado e gratuito das áreas se daria enquanto a APS providencia a implantação de um pátio definitivo em área própria da companhia, de 100 mil m², nas imediações da Ponte Estalada, na Rodovia dos Imigrantes, trecho Baixada Santista.

“Esta cessão em comodato se deu após negociações entre a companhia estatal e a empresa, que tem um débito para com a Autoridade Portuária da ordem de R\$ 4 bilhões. A antiga Libra fez a cessão em

comodato como manifestação de boa vontade em negociar o pagamento do débito, inclusive, com imóveis de sua propriedade. O uso autorizado das áreas se dá enquanto tramita, no Tribunal de Contas da União (TCU), proposta de acordo de quitação do antigo débito da Libra para com a APS”, defende.

O presidente Anderson Pomini informou que a Diretoria da APS fez questão de submeter o acordo ao órgão que a controla, que é o TCU. “Se o TCU aprovar, assinamos o acordo que garantirá o pagamento de um débito que se estende há anos, com a incorporação ao patrimônio da APS, inclusive das duas áreas objeto do comodato gratuito, bem como de outras”, afirmou.

Pomini continua: “o valor diário do aluguel, que seria cobrado após prorrogações do contrato, foi estipulado pela própria companhia. Mas não será necessário tal pagamento, pois, em 2024, teremos área de 100 mil m², de propriedade

da APS, liberada para um pátio definitivo de estacionamento para caminhões, muitos antes do prazo de vencimento do comodato”.

Por fim, informa que o comodato foi feito em total transparência, devidamente publicado, e que visa justamente a economia de recursos públicos da ordem de pelo menos R\$ 2,7 milhões, em função da cessão gratuita.

“No caso de pagamento de diária de R\$ 15 mil, o gasto com aluguel, após seis meses, seria de R\$ 2,7 milhões. Além desta economia, foi possível uma solução emergencial causada pela falta de vagas para caminhões na Margem Direita do Porto de Santos”.

A Tebas não se manifestou. O Grupo Libra encerrou as atividades comerciais no Porto de Santos em 2019. A empresa informou em comunicado, na ocasião, que a decisão ocorreu após os clientes decidirem migrar as operações a outro terminal no cais santista. (Carlos Ratten)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP**Seção:** Cidades **Caderno:** A **Página:** 3